

Recomendação

Inteligências múltiplas e as potencialidades individuais: literacia emocional e ambiental nas escolas de Setúbal

Liderada pelo psicólogo Howard Gardner, uma equipa de investigadores da Universidade de Harvard desenvolveu, durante a década de 1980, a Teoria das Inteligências Múltiplas, procurando analisar e descrever melhor o que é a inteligência. A teoria tem impacto direto sobre como concebemos hoje em dia a educação, desafiando a ideia de que a inteligência era um fator único, estanque, como durante muito tempo se acreditou.

Muito além da inteligência lógico-matemática, pregada pelos tradicionais testes de QI, foram identificados outros sete tipos de inteligência: Linguística; Musical; Espacial; Corporal-cinestésica; Interpessoal; Intrapessoal; e Naturalista.

Todas as pessoas possuem os vários tipos de inteligência, embora alguns deles sejam mais desenvolvidos em algumas pessoas do que em outras. Para o autor referido, estas inteligências podem ir-se desenvolvendo, se forem devidamente estimuladas.

Todas as formas de inteligência são válidas e não existe uma mais valiosa do que a outra, até porque, no mundo competitivo e complexo da atualidade, com mudanças constantes, a maioria das profissões requer o uso simultâneo de vários tipos de inteligência.

Se é fácil perceber o que são as inteligências lógico-matemática, linguística, musical e espacial, importa referir que: a inteligência corporal-cinestésica se refere ao ritmo, ao movimento, à coordenação motora; a inteligência interpessoal se prende com a forma como nos relacionamos com os outros; a inteligência intrapessoal ao modo como nos relacionamos connosco próprios (entendermo-nos a nós próprios, o que pensamos, o que sentimos, como nos comportamos), e a inteligência naturalista ao respeito pelos animais e pela natureza.

No que diz respeito às inteligências interpessoal e intrapessoal, muito se tem falado do conceito de Inteligência Emocional, cada vez mais valorizado e reconhecido como uma peça fundamental para o sucesso da pessoa em sociedade. Os estudos e investigações nesta área mostram que a inteligência emocional é uma componente essencial para construir uma vida com sucesso e significado. Ter uma boa inteligência emocional significa que somos capazes de reconhecer as nossas emoções e as emoções nos outros, pensar sobre elas, compreendê-las e de lidar com elas de forma adaptativa e saudável. Quando isto não acontece podem surgir dificuldades de adaptação que poderão estar na origem de algumas perturbações, nomeadamente as ligadas a quadros ansiosos e depressivos.

Assim, podemos afirmar que uma inteligência emocional desenvolvida contribui fortemente para a saúde mental e deverá estar na base de qualquer programa de prevenção nesta área.



O conceito de Inteligência emocional é ainda relativamente recente e, talvez por isso, as escolas (em geral) estimulam muito mais as atividades intelectuais, cognitivas ou racionais, sendo esta a forma privilegiada como avaliamos os estudantes e as crianças, com base nas aptidões mais cognitivas.

Os estudos têm-nos mostrado a aprendizagem que a aprendizagem é construída em contexto de relação, reafirmando mais uma vez a importância do desenvolvimento de uma inteligência mais emocional. No entanto, acreditamos que só com uma educação que seja capaz de entender os princípios da inteligência emocional, e outros tipos de inteligências, será possível cumprir a missão das escolas, que a nosso ver será sempre o desenvolvimento integral dos alunos (cf. perfil do aluno do século XXI – documento emanado do Ministério da Educação).

Na sociedade portuguesa, a prevenção na área da saúde mental ainda não tem sido suficientemente valorizada e os números mostram que temos uma população com altos níveis de perturbações emocionais como ansiedade e depressão e com um consumo demasiado elevado de ansiolíticos e antidepressivos, com todos os custos de saúde pública que sabemos que isso implica. A depressão é a primeira causa de anos de vida com saúde perdidos em Portugal. A prevalência anual de perturbações psiquiátricas na população portuguesa em geral, com mais de 18 anos é de cerca de 23%, que a par com a Irlanda do Norte, é a mais elevada da Europa.

A prevalência de doenças mentais na população adulta portuguesa, sugerem que além de Portugal ser o país europeu com maior prevalência de doença mental na população adulta, apresenta outros dados preocupantes: um em cada 5 portugueses sofreu de doença psiquiátrica, sendo que 24% destes tem uma perturbação mental durante toda a vida (DGS, 2014).

A OMS estima que 20% das crianças e adolescentes em todo o mundo apresente pelo menos uma perturbação mental antes de atingir os 18 anos de idade. Sabendo que existe um significativo grau de continuidade entre muitas das perturbações da adolescência e as da idade adulta, e que o peso das perturbações mentais e de comportamento aumenta durante a escolaridade, percebe-se a urgência de programas eficazes de prevenção na saúde mental infantil.

Temos um número assustadoramente elevado de crianças medicadas para problemas de aprendizagem ou dificuldades de comportamento. Estes são sinais inequívocos de que temos de intervir o mais cedo possível com programas (cada um adaptado à realidade e ao público-alvo) que ajudem a promover a saúde mental. E é muito importante que esses programas se dirijam às crianças, porque sabemos que é na infância que ficam estabelecidas as bases através das quais iremos formar a nossa forma de lidar com o mundo e com as nossas próprias emoções.

Exemplos de projetos de sucesso têm incluído a escola das emoções, prática de yoga, de meditação, de *mindfulness* ou quaisquer outras atividades que potenciem o aprender a estar consigo próprio e com os outros, de forma saudável e sem ter medo disso, indo além de uma abordagem focada nas competências de natureza intelectual.

Paralelamente à literacia emocional, importa também observar a necessidade da literacia ambiental e do desenvolvimento da inteligência naturalista. A inteligência naturalista permite compreender o meio envolvente, os ritmos da natureza e os fenómenos naturais, identificar riscos de extinção de determinado animal ou espécie, identificar fatores de risco de poluição ambiental, promover decisões



éticas no cuidado do meio ambiente, no tratamento digno dos animais e na proteção do planeta face às alterações climáticas.

O conceito de educação ambiental surgiu pela 1ª vez na Conferência de Tbilisi (1977) no sentido da urgência de termos de educar para o ambiente, formar pessoas informadas e conscientes que sintam o impacto das suas atitudes quotidianas no meio ambiente.

Assim, as crianças e jovens na escola devem ter a oportunidade de resolver, de forma ativa e democrática, questões ambientais ao nível local, de modo a que entendam a relação com a sua própria vida e se sintam encorajados pelo sucesso das suas ações. A Lei 27/2016 contempla a necessidade de o Estado assegurar a integração de preocupações desta natureza, particularmente com o bem-estar animal, reforçadas no âmbito da Educação Ambiental, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Perante o exposto, importa fomentar projetos que visem o desenvolvimento de uma pluralidade de competências desde a empatia e respeito pelo outro, o pensamento divergente, o sentido crítico, a capacidade de resolução ativa de problemas, a comunicação igualitária, a identificação e a desconstrução de preconceitos, perspetivando desde logo, a criança como um todo, um ser multifacetado que dispõe de um conjunto de inteligências potencialidades.

Para tal, é importantíssimo que se envolvam as comunidades nas aprendizagens e experiências das crianças e jovens, sempre tendo por base estimular uma participação de qualidade. Através de uma participação efetiva e de qualidade, a escola aberta fica mais viva, feliz e capaz, permitindo-lhe com as comunidades adjacentes responder de forma mais integrada aos desafios da sociedade, acompanhando os desenvolvimentos científicos e as suas necessidades contemporâneas.

Assim, e tendo em conta que compete ao Departamento Municipal de Educação, no cumprimento de orientação do executivo, assegurar a implementação de uma política municipal assente em quatro eixos estratégicos: 1) reforço de educação pré-escolar; 2) requalificação da rede escolar; 3) desenvolvimento de atividades extracurriculares e 4) promoção de programas e projetos inovadores, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão ordinária a 29 de junho de 2018 delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

1. Considere contemplar, a partir do ano letivo 2018/2019, áreas de desenvolvimento como a literacia emocional e a literacia ambiental nas escolas do município, promovendo o desenvolvimento integrado de crianças, jovens e comunidades, através de ambientes educativos mais enriquecedores e salutareos.

Setúbal, 28 de junho de 2018

Pessoas - Animais – Natureza

(GM PAN)

Suzel Costa